

PROJETO DE LEI Nº 32/20, de 04 de novembro de 2020.

“Orça a receita e fixa a despesa do Município de Sagrada Família para o exercício de 2021 e dá outras providências.”

**MARCOS DO NASCIMENTO SANTOS**, Prefeito Municipal de Sagrada Família – RS, no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 27, itens I e III da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER, que se a Câmara Municipal de Vereadores aprovar ele sanciona a seguinte:

: **LEI**

**Art 1º** - É orçada a Receita do Município de Sagrada Família para o exercício de 2021 em R\$ **16.817.385,30 (dezesesseis milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos)** que será arrecadada em conformidade com a Legislação vigente obedecendo a seguinte classificação:

**I - RECEITAS CORRENTES**

<b>Receita</b>	<b>Valor em R\$</b>
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	777.531,51
Receita Patrimonial	1,184,95
Transferências Correntes	17.305.869,97
Outras Receitas Correntes	23.400,52
<b>SUBTOTAL</b>	<b>18.107.986,95</b>
<b>Superávit</b>	<b>1.775.996,73</b>

**II - RECEITAS DE CAPITAL**

<b>Receita</b>	<b>Valor em R\$</b>
Alienação de Bens	99.886,48
Transferências de Capital	5.000,00
<b>Sub-total</b>	<b>104.886,48</b>
Impostos, Taxas e Contribuição de melhorias	22,77
Transferencias Correntes	15.428,27
Outras Transferencias Correntes	2.455,85
<b>SUBTOTAL</b>	<b>17.906,89</b>

**III – DEDUÇÕES**

<b>Receita</b>	<b>Valor em R\$</b>
Deduções da Receita Corrente (FUNDEB)	2.506.237,21
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.506.237,21</b>

**TOTAL DA RECEITA                   →→→→→→R\$ 15.724,543,11(quinze milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e onze centavos).**

**Art. 2º** - É fixada a despesa no município de Sagrada Família para o exercício de 2021 R\$ **14.891.936,78(quatorze milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos)**, e será realizada de acordo com as especificações dos quadros anexos, os quais ficam fazendo parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

**I – DESPESAS CORRENTES**

<b>Despesa</b>	<b>Valor em R\$</b>
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	8.522.533,20
Outras Despesas Correntes	5.303.219,81
<b>SUBTOTAL</b>	<b>13.825.753,01</b>

**II – DESPESAS DE CAPITAL**

<b>Despesa</b>	<b>Valor em R\$</b>
Investimentos	495.282,18
Inversões financeiras	0,00
Amortização da Dívida	410.901,59
<b>SUBTOTAL</b>	<b>906.183,77</b>

**III – RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

<b>Reserva</b>	<b>Valor em R\$</b>
Reserva de Contingência	160.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>160.000,00</b>

**TOTAL DA DESPESA           →→→→→→→→R\$:           14.891.936,78 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos).**

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares nas dotações orçamentárias até o limite de 10% (dez) sobre o valor orçado.

“Parágrafo Único- Fica o executivo municipal autorizado a remanejar as dotações orçamentárias necessárias para suportar as despesas com a folha de pagamento e encargos de cada secretária, não computando no percentual presente no *caput*.”

**Art. 4º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a subdividir por Decreto, elementos de despesas para atendimento de necessidades, ou de exigências do Tribunal de Contas do Estado, ou ainda para efeitos gerenciais, não alterando os valores originais orçados, bem como efetuar transferências entre sub elementos do mesmo elemento, cujos valores não somam para os efeitos do limite estabelecido no art. 3.º desta Lei. Principalmente quando se tratar de despesas com pessoal.

**Art. 5.º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reabrir os créditos adicionais abertos no exercício de 2020, até o saldo dos recursos não utilizados, observando a disponibilidade financeira para acorrer às despesas.

**Art. 6º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial para aplicação dos recursos recebidos de Auxílios e Convênios Específicos (Transferências Voluntárias), em despesas específicas vinculadas aos convênios não previstos nesta Lei, até o limite do recurso recebido, desde que autorizado por Lei.

**Art. 7º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a caucionar parcelas que mensalmente lhe couber no Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), com a consequente retenção por parte das instituições financeiras, dos valores referentes a dívida fundada, desde que autorizado por Lei.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sagrada Família/RS, aos 04 dias do mês de novembro de 2020.

Marcos do Nascimento santos  
Prefeito Municipal